

Os socialistas vão ao Sertão: o jornal *O Popular* na cobertura dos conflitos de terra na zona rural carioca (1951-1954)

Leonardo Soares dos Santos
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ABSTRACT

This article intent to study the relation between Partido Socialista Brasileiro and *O Popular* (a socialist newspaper), in the 50's. The central theme is the report on zone rural of Rio de Janeiro made by socialist newspaper and the social struggles for land. It's possible to see the journal exploring that information about events to define yours differences between him and others political forces of the city, such as PCB and PTB.

Keywords: Sertão Carioca, Brazil, PSB, Rural Zone, Social Conflicts.

Este artigo propõe estudar a relação entre Partido Socialista Brasileiro e *O Popular* (órgão deste partido), nos anos 50. O objeto específico é o trabalho deste jornal na zona rural do Rio de Janeiro e seus conflitos de terra. Nós podemos observar que o periódico usa aquelas informações sobre os eventos para definir suas diferenças em face de outras forças políticas da cidade, como o PCB e o PTB.

Palabras chave: Sertão Carioca, Brasil, PSB, Zona Rural, Conflitos Sociais.

Nos últimos anos muitos estudos têm sido feitos no Brasil para sanar uma lacuna histórica na literatura acadêmica voltada ao estudo dos conflitos de terra no país. Os estudos mais recentes têm revelado importantes dimensões desse processo, inovando na seleção de objetos e temáticas como a construção de identidades, configuração de organizações, redes de apoio e solidariedade, articulações políticas etc.

Há pouco mais de 10 anos talvez ainda fosse um tanto surpreendente analisar tais aspectos num movimento de luta pela terra em plena zona rural da cidade Rio de Janeiro e ainda mais num período em que ela ainda era o grande centro político do país e já uma das maiores metrópoles da América Latina.

Talvez mais surpreendente seja desvelar em tal processo a participação de um grupo tão minoritário quanto o dos socialistas. Na verdade os socialistas em que pese o seu diminuto número tiveram impacto significativo na história de luta dos trabalhadores, muito maior do que a historiografia reconheceu até hoje. E não foi insignificante a sua influência junto aos setores do meio rural – ao menos nos 50 e parte dos 60. A atuação do Partido Socialista Brasileiro por meio do jornal a ele vinculado (*O Popular*) e a cobertura jornalística dos conflitos de terra então efetuada é uma boa prova disso.

O partido e seu programa

O Partido Socialista Brasileiro foi fundado em 6 de agosto de 1947 na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, durante a segunda convenção nacional da Esquerda Democrática. Esta era uma dissidência da União Democrática Nacional (UDN), de perfil conservador e mais ligado às camadas médias dos grandes centros populacionais. Seus núcleos mais sólidos estavam localizados no Distrito Federal, Rio de Janeiro (o antigo estado fluminense), São Paulo e Pernambuco. Era um agrupamento político marcadamente urbano, como o eram praticamente todos desse tipo no país. Havia apenas como exceção os sindicatos rurais e os patronatos agrícolas – mas nesses casos eram todos de perfil patronal, ou seja, representavam os interesses dos grandes proprietários (fazendeiros, usineiros, criadores etc.).

Apesar de ter bases nas duas maiores cidades do país (Rio e São Paulo), o PSB sempre teve pequena influência no meio sindical, embora tivesse algumas lideranças entre gráficos, escritores e jornalistas. A partir do final da década de 1950, passou a ter alguma inserção em sindicatos de metalúrgicos, aeroviários e professores (VIEIRA, 1994, p. 18). Para isso contribuíram em muito a realização de eventos e encontros partidários (como os Congressos) e órgãos de imprensa. Estes tinham uma abrangência se não nacional, ao menos nos dois principais centros urbanos do país. Em São Paulo havia a *Folha Socialista* e no Rio *O Popular* e a *Vanguarda Socialista*. Dos três, o de maior difusão era *O Popular*, que ao contrário dos demais com um perfil mais teórico, tinha proposta editorial semelhante ao dos jornais noticiosos. Isto é, buscava se inserir junto às camadas urbanas tanto médias quanto populares, veiculando não apenas editoriais e

notícias sobre a conjuntura política nacional e internacional, como também fatos ligados ao cotidiano como assaltos, brigas de rua, conflitos familiares, crimes, falta d'água, assaltos, furtos, casos amorosos envolvendo celebridades, acidentes de carro e uma série de outros casos típicos do dia-a-dia de uma grande cidade como o Rio de Janeiro.



Figura 1. Congresso do Partido Socialista no Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1952.
Fonte: Última Hora. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Mas os seus jornais também veiculavam sua linha política. E desde sempre o partido se considerava progressista e simpatizava abertamente com causas ditas populares, que eram expressão dos “verdadeiros anseios do trabalhador brasileiro”. O partido assinalava isso principalmente por meio da publicação em seus jornais dos depoimentos de seus mandatários e documentos oficiais.

Entre os principais pontos de sua linha política, o Partido Socialista tinha como objetivo básico a transformação da estrutura da sociedade, incluindo a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procuraria realizar na medida em que as condições do país exigissem. Isso implicava, como destaca a historiadora Marieta Ferreira, no compromisso do partido de sempre atuar, mesmo que em favor de uma mudança radical das estruturas da sociedade brasileira, dentro dos marcos oferecidos pela ordem política legal (FERREIRA, 2001, p. 4410).

No seu manifesto de fundação, os socialistas destacavam as “linhas ideológicas fundamentais de seu pensamento político”, consagrando uma série de princípios de sua proposta política:

São fundamentais os seguintes princípios:

- a) Regime representativo, de origem popular, através do sufrágio universal, direto e secreto, com representação proporcional;
- b) Liberdade de manifestação do pensamento pela palavra escrita, falada e irradiada; liberdade de organização partidária, liberdade de associação, liberdade de reunião, liberdade de cátedra;
- c) Liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança;
- d) Autonomia sindical e direito de greve.

No clamor das reivindicações populares que no mundo inteiro se levantam, há uma nota de vibração particular: a defesa da liberdade civil e política. O ideal democrático surge das ruínas da guerra, de novo, iluminando o mundo. [...]

Conciliar o processo das transformações sociais com as exigências da mais ampla liberdade civil e política, utilizar na realização desse propósito os postulados da democracia e suas instituições, eis o objetivo político da Esquerda Democrática [posteriormente PSB].

O partido não apresentava nada de aparentemente radical. Ele visava, se tanto, a um aprofundamento das balizas da democracia liberal-representativa do país. Mas no fundo tal proposta acabava sendo quase revolucionário tendo-se em vista o que era a prática efetiva das relações políticas no Brasil. A questão do direito de greve, por exemplo, ainda se apresentava bastante problemática: muitos trabalhadores (e inúmeras trabalhadoras) ainda eram demitidos, perseguidos, presos e até espancados por participarem e organizarem greves. A brutal repressão aos movimentos grevistas, com o recurso por parte do governo de sua polícia (e do exército, em se tratando do governo federal) era algo bastante corriqueiro. A iniciativa de tratar grevistas a base de bala e cacetete não causava qualquer constrangimento às autoridades políticas. Muito pelo contrário: era algo tratado com extrema naturalidade.



Figura 2. Mesa diretora do Congresso socialista de 1952. Fonte: Última Hora. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Além disso, a democratização do próprio sistema político no país ainda era um grande desafio a ser superado. Boa parcela da população ainda se encontrava alijada do processo decisório, em especial amplos segmentos das camadas rurais, ainda a maioria da população nacional. Devido ao grande número de analfabetos e miseráveis, a ordem republicana ainda não havia sido completamente implantada - e isso num país em que o regime republicano tinha mais de 60 anos.

Mas como era comum nos demais partidos, o PSB convivía em seu interior com inúmeros conflitos, especialmente aqueles protagonizados pelos seus dois principais núcleos, o liberal-socializante e o marxista independente. O primeiro era sediado no Distrito Federal, sendo composto pela, podemos dizer assim, “cúpula” do partido, composta por Domingos Velasco, Barbosa Lima Sobrinho e João Mangabeira. Os quais eram justamente aqueles que detinham cargos políticos pelo partido, mais precisamente no legislativo federal. O segundo atuava em São Paulo e tinha alguns núcleos em outras cidades. Embora mantivesse uma posição subalterna em relação ao núcleo moderado “carioca”, ele tinha capacidade suficiente para pressionar e incomodar a força dirigente do partido, o que era feito por meio, por exemplo, do jornal por ele editado, o *Folha Socialista* (HECKER, 1998).

O jornal socialista

O jornal *O Popular*, diário e vespertino, foi lançado em 1951 no Distrito Federal e extinto em outubro de 1954. Sua fundação foi liderada pelo senador Domingos Velasco e pelo deputado federal João Mangabeira. Os dois já eram considerados por essa época figuras veteranas no cenário político nacional. O goiano Velasco e o baiano Mangabeira chegaram a fazer parte do núcleo dirigente da Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹. Quando esta foi extinta em 1935, ambos tiveram que amargar alguns anos na prisão. Com a redemocratização do país após o término da II Guerra Mundial e da deposição do ditador Getúlio Vargas combateriam juntos nas fileiras da União Democrática Nacional. Mas esta logo se aproximaria dos grupos mais conservadores do espectro político, o que desagradaria os dois socialistas. E diante disso eles tomariam a iniciativa de fundar o PSB em 1947. E no início da década de 50 criariam o noticioso *O Popular*.

¹ A ALN foi uma coalizão de partidos e grupos políticos de diversas tendências (comunistas, socialistas, tenentistas, nacionalistas, liberais, democratas) criado em meados da década de 1930 e que objetivava a derrubada completa do sistema de poder oligárquico e a implantação de reformas profundas na ordem econômica e social do país.



Figura 3. Domingos Vellasco, na época da Aliança Nacional Libertadora de 1935.
 Fonte: Wikipédia. Acesso em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Domingos_Vellasco

Embora vinculado ao PSB, *O Popular* não era o órgão oficial do partido. Oficialmente ele pertencia a Domingos Velasco, que aliás era oriundo de uma família de grandes fazendeiros de Goiás. A ligação com a cúpula socialista era garantida pela diretoria e pelos colaboradores do jornal – membros do partido na sua maioria. Com o fim de defender e pregar “o socialismo de esquerda entre as massas”, *O Popular* voltava-se para os problemas trabalhistas, procurando enfatizar as reivindicações das massas proletárias, com as quais o jornal afirmava estar totalmente alinhado. Além de seu objetivo mais elementar de difusão de suas linhas programáticas, o jornal se constituía como peça-chave para que o partido cumprisse o objetivo de consolidar a sua posição diante das forças políticas rivais, não só daquelas do espectro da direita como, mais ainda, as forças hegemônicas da esquerda como o PTB e o PCB. Referidos a esses confrontos que o programa e os projetos do PSB se tornam melhor inteligíveis. É sobre eles que concentraremos nossa atenção. A partir de tais exemplos é possível ver o caráter relacional da sua trajetória, que tem boa parte de sua identidade e dinâmica determinados pelo jogo de disputas com outros partidos. Em outras palavras, o projeto político dos socialistas é concebido também em função da necessidade da agremiação em se diferenciar de comunistas e trabalhistas por exemplo.

Tais divergências se tornavam mais nítidas quando o jornal abordava questões-chave para o movimento operário, como a liberdade sindical, a conjuntura política nacional como um todo, a participação ou não do Brasil na guerra da Coreia e o movimento a favor da nacionalização do petróleo. Havia, decerto, uma relativa proximidade dos socialistas com as posições e o projeto político dos trabalhistas, o que implicava entre outras coisas, num claro apoio do partido - especialmente do núcleo moderado - ao segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Contudo, a leitura de alguns editoriais d'*O Popular* evidenciam que tal tipo de ligação não impedia que os socialistas tecessem duras

críticas aos trabalhistas (inclusive os getulistas) em algumas questões, como a própria questão sindical.



Figura 4. João Mangabeira em julho de 1953. Fonte: Última Hora. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em 9 de julho de 1951, sob a manchete “Ditadura Fascista sobre os sindicatos – ‘trabalhistas’ tiram a máscara...”, os socialistas cobravam de Getúlio o cumprimento da promessa por ele feita nos festejos do 1º de maio daquele ano de promover a sindicalização em massa dos trabalhadores. Fato que se tornava urgente, pois o que “está fazendo o Ministério do Trabalho com seus ‘pelêgos’ é matar a sindicalização livre; transformar os sindicatos dos trabalhadores numa espécie de curral em que os operários e empregados, como animais ou como escravos, são tangidos pelos senhores do ministério” (*O Popular*, 09/07/1951, p. 1.). Pouco mais de dois meses depois o jornal voltava a cobrar do governo Vargas: “Onde está a liberdade para os trabalhadores?”, pois eram inúmeros os sindicatos sob intervenção, sendo ainda muito freqüente a violência policial contra reuniões e encontros e a repressão às greves. O jornal concluía que nada tinha mudado em relação ao governo do seu sucessor, o general Eurico Gaspar Dutra, cujo mandato ficou marcado como intensamente repressivo e conservador (*O Popular*, 17/09/1951, p. 2).

Outra questão sensível era a guerra da Coréia. Enquanto os trabalhistas, embora com alguma hesitação, se mostrassem favoráveis a idéia de envio de tropas brasileiras ao *front* coreano, os socialistas – assim como os comunistas – eram radicalmente contrários a tal proposta (*O Popular*, 12/07/1951, p. 1).

Mas o principal ponto de atrito entre os seguidores do PSB e PTB era realmente aquele relativo à perseguição e repressão aos comunistas. Enquanto os trabalhistas eram francamente favoráveis no início da década de 1950 à exclusão integral do PCB da vida política do país, mesmo que para isso fosse preciso usar da violência, os socialistas combatiam veementemente tal postura. O “anti-comunismo” era, segundo *O Popular*

Uma das mais rendosas 'indústrias' que tem florescido recentemente no Brasil (...) Jornais falidos, escritores semi-analfabetos, jornalistas sem leitores, 'pelegos', desprezados pelos trabalhadores, tiras fantasiados de 'orientadores' e 'técnicos' sindicais do Ministério do Trabalho - todos esses têm conseguido gordas subvenções e polpudas gorjetas, com a exploração do 'anti-comunismo'. Como tem sido rendosa (*O Popular*, 14/07/1951, p. 3).

Não que os socialistas fossem contrários ao combate aos comunistas. A principal divergência neste caso parecia quanto ao método empregado para a realização deste fim: "para se combater a idéia e a ação dos comunistas, os métodos têm de ser outros. Os métodos da justiça, da educação, do esclarecimento de seus erros. Enfim, os métodos da democracia que somente pode ser defendida por métodos democráticos" (*O Popular*, 18/08/1951, p. 3).

Vejamos agora como se estabelecia o jogo de confrontos de visões e projetos dos socialistas com outros grupos políticos em torno da questão agrária. A Reforma Agrária foi o assunto mais debatido na IV Convenção Nacional do partido realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 14 e 17 de outubro de 1949. Tal foi o peso da discussão, que um dos representantes paulistas, Febus Gikovate, teria dito que o PSB gostaria de ser reconhecido como o Partido da Reforma Agrária. E acrescenta: foi "Mário Pedrosa que, mais de perto, tocou no âmago da questão. Disse ele que a sorte das nossas instituições democráticas está subordinada à reforma agrária. Sem uma reforma agrária, a nossa democracia não terá jamais base suficiente, ampla e sólida, e o nosso regime oscilará entre a ditadura militar e a democracia aparente" (HECKER, 1998, p. 240.). Quando o governo federal, em 1952, estabeleceu suas "Diretrizes para uma reforma agrária no Brasil", constituiu-se em paralelo uma Comissão Nacional de Política Agrária, e Hermes Lima, professor de direito constitucional, foi escolhido para compô-la.



Figura 5. Vellasco em visita à China no início dos anos 70. Fonte: Jornal Opção.
Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/o-resgate-do-criador-do-partido-socialista-brasileiro>.

Três são os aspectos principais que se destacam ao lermos os projetos de reforma agrária do PSB desde a sua fundação até os primeiros da década de 50. O primeiro – já como decorrência de seu alinhamento ao nacional-desenvolvimentismo – é o forte viés tecnicista das soluções propostas pelos socialistas, as quais decorrem de uma redução da questão agrária a um problema de ordenação de uma economia agrícola nos moldes de um capitalismo de estágio avançado, bem diferente do que se ainda praticava no país. Daí vemos os socialistas defenderem que as mudanças no campo (sociais, técnicas e financeiras) deveriam ser precedidas por estudos especializados, com vistas ao aproveitamento máximo das terras agricultáveis do país. Outros pontos de destaque são: organização da economia rural; criação de fazendas-escola; concessão de direitos de previdência aos trabalhadores rurais; assistência técnica e financeira ao agricultor, de modo a “libertá-lo” progressivamente do intermediário.

É importante lembrar que essas mesmas propostas seriam poucos anos mais tarde integralmente incorporadas pelos trabalhistas na formulação de seu programa agrário, assim como pelos próprios comunistas (COSTA, 1954, p. 102). Um segundo aspecto é a clara orientação dos socialistas em favor da transformação da massa camponesa numa classe de pequenos proprietários. Entre alguns exemplos, o projeto do deputado federal pelo Distrito Federal Breno da Silveira talvez tenha sido o mais emblemático. Para Silveira, a preservação e fomento da pequena propriedade era condição necessária para a reforma agrária no país, sendo, portanto, “dever do Estado facilitar a criação da pequena propriedade rural, livre da ação coletiva do latifúndio, que é a negação de todo progresso agrícola da Nação” (*O Popular*, 29/08/1953, p. 4.).

O outro aspecto – talvez o mais importante – é o grande destaque que o partido conferiria aos elementos de ordem jurídica ligados a questão da terra. Na visão dos socialistas, o elemento jurídico era mais crucial do que o político para a

resolução deste problema nacional. A fala de Hermes Lima, professor de direito constitucional, é emblemática:

Reforma Agrária, tema básico no elenco dos problemas... é empreitada difícil porque acarreta transformações no estatuto técnico e jurídico da terra. Como um dique represador das águas, a resistência à reforma agrária acumula idéias, tentativas, órgãos técnicos, toda uma legislação parcial, de superfície, até que se esboroe, por bem ou por mal, o paredão obstrutivo do pensamento regenerador do trabalho agrícola (HECKER, 1998, p. 241).

O professor Lima acabaria sentido de forma direta a força dessa resistência quando teve negada, na Constituinte de 1946, a proposta de sua autoria que visava facilitar as desapropriações de terra. Entretanto, os socialistas voltariam a tocar na tecla da desapropriação por diversas vezes, incluindo na pauta de debates questões como indenização, critérios para o estabelecimento de seu valor etc. Eles apareceriam no programa agrário aprovado na V Convenção Nacional de 1953, que tinha como alguns de seus pontos: reforma da Constituição de modo a permitir a indenização dos donos das terras desapropriadas; estabelecimento de limites para a justa indenização à base do custo histórico do imóvel improdutivo e com a exclusão das valorizações decorrentes de obras e serviços públicos; redução do prazo de usucapião; consideração do trabalho como requisito definidor do direito à exploração da terra etc.

Dentro dessa perspectiva, a Reforma Agrária deveria ser promovida não pelo movimento organizado dos trabalhadores rurais e sim por meio de uma ação dos poderes públicos no sentido de garantir os dispositivos necessários para a transformação do sistema fundiário do país. Aqui, mais do que nunca, o partido reafirmava a sua concepção sobre a tática a ser seguida pela revolução brasileira, a qual estava ligada a uma defesa intransigente da via legal como caminho exclusivo da resolução de conflitos e mesmo de uma grande transformação social. Princípio este de extrema significação naquele contexto de virada da década de 1940, e pelo qual se batia o PCB - que mesmo na ilegalidade disputava a hegemonia no seio das esquerdas junto ao PTB -, cuja orientação político-programática se estruturava em torno da linha insurrecional. Linha que seria definitivamente formalizada no “Manifesto de Agosto de 1950” e que pregava como solução da questão agrária o confisco e a tomada dos grandes latifúndios e a organização de “Exércitos de Libertação Nacional” entre os camponeses.

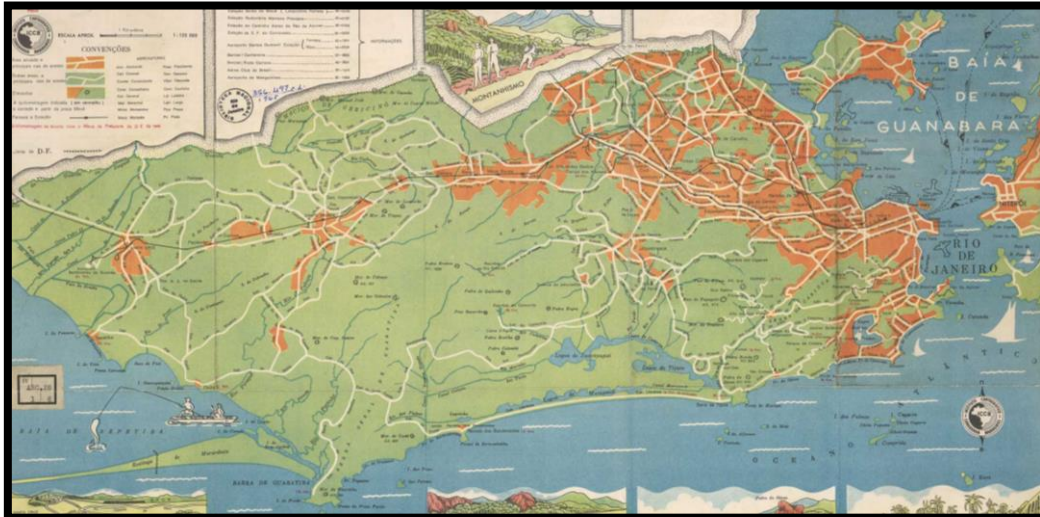


Figura 6. Mapa turístico do Rio de Janeiro, 1938. Fonte: Biblioteca Nacional.

A cobertura dos conflitos de terra no Sertão Carioca

Assim como nos programas do PSB sobre as questões nacionais e na abordagem que *O Popular* faz sobre elas, boa parte da cobertura realizada sobre a questão de terras no Sertão Carioca desempenhava uma importante função de conformação de uma identidade política ao nível do discurso. Isto é, as reportagens não só tinham um caráter informativo, como difundiam também concepções e valores ideológicos e doutrinários, presentes em seu programa político, seja por meio de argumentos ou afirmativas explícitos, seja pela forma como os fatos eram enfocados. As matérias propugnavam implícita e explicitamente a necessidade de realização da reforma agrária e a defesa dos interesses nacionais. Os socialistas assim procederam no primeiro dia do mês de agosto de 1951, ao apresentar uma matéria que tinha como manchete: “Espoliados os lavradores brasileiros em favor de trustes estrangeiros”.

Em 1953 o assunto voltava a merecer manchete na primeira página - e de maneira dramática: “Corre sangue na luta pelas terras do Sertão Carioca”. Segundo o jornal,

as terras do chamado Sertão Carioca estão se tornando mais férteis, mais adubadas, com o sangue dos que ali caem varados à bala nas disputas entre proprietários de empresas imobiliárias e os que se intitulam posseiros. Esses litígios sangrentos, embora pareça incrível, não tem merecido das autoridades municipais a devida atenção.

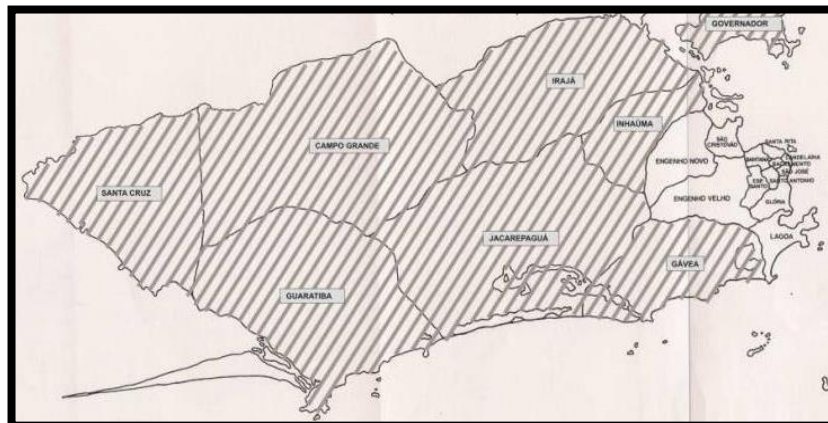


Figura 7. Mapa das freguesias rurais do Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

A solução para tal impasse passava pela implementação de medidas que em tudo correspondiam ao que o PSB propugnava em seu programa político sobre a reforma agrária e a questão fundiária. Mas não deixa de ser curioso notar como naquela época os jornais expunham suas opiniões e juízos de maneira franca e aberta – a reportagem e a interpretação sobre o fato eram quase a mesma coisa num jornal como esse. De maneira geral havia nas quase duas dezenas de jornais da cidade um espaço específico dedicado aos editoriais (na primeira ou na segunda capa); mas isso era um mero detalhe, pois as opiniões dos redatores eram veiculadas no próprio texto da notícia. Vejamos, a título de ilustração, no trecho da mesma matéria acima, como tudo isso se apresenta:

Nesta época difícil, em que o país necessita urgentemente de aumentar sua produção; quando há falta de gêneros de primeira necessidade, sobretudo nas fontes próximas aos centros de consumo; não é justo que os lavradores do Sertão Carioca sejam expulsos das terras, embora estas não lhes pertençam. Mas a resolução para esse problema poderá ser encontrada facilmente, desde que haja boa vontade por parte da municipalidade e dos proprietários de empresas imobiliárias, cujas terras se localizavam no Sertão Carioca.

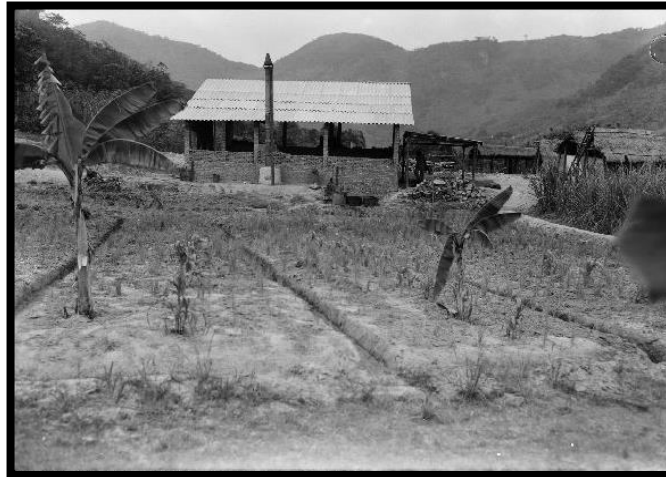


Figura 8. Vista de Guaratiba na década de 1950. Fonte: Última Hora. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O órgão socialista não se contentava em apresentar a denúncia das violências que vinham sendo cometidas na região envolvendo a posse da terra. Ele se sentia na obrigação de apresentar soluções. Numa atitude muito comum na época entre os jornais da pequena imprensa partidária (mas não exclusivamente, pois isso podia ser visto em órgãos da grande imprensa também), a matéria trazia em seu bojo uma proposta de resolução dos problemas então enfocados. Nesse sentido, quanto à questão fundiária no Sertão Carioca, *O Popular* sustentava que

Basta que a própria Prefeitura realize um levantamento das terras em litígio. Nesse levantamento deve ser apurado se o posseiro cultivava realmente a terra que ocupa e, sobretudo, se não é ele funcionário público, militar ou comerciante. Não basta ele ser lavrador. Torna-se necessário que exerça essa atividade. Apurado isso, a Prefeitura entraria em entendimentos com os proprietários de empresas imobiliárias no sentido de desapropriar por preço conveniente, os lotes ocupados por lavradores, e os venderia a esses mesmos lavradores em prestações suaves.

Em poucas palavras, o jornal propunha simplesmente que se implementasse o plano de reforma agrária que já vinha sendo defendido pelo PSB em seu programa, nos seus órgãos e através dos pronunciamentos de seus legisladores.

Mas *O Popular* buscava também demarcar as singularidades de sua posição no campo político local e nacional, principalmente em relação às duas grandes forças da esquerda: PCB e PTB. Isso não excluía, decerto, algumas convergências e pontos de contato com os mesmos.



Figura 9. Plantação de cana em Pedra de Guaratiba nos anos 50. Fonte: Última Hora. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Uma das primeiras reportagens sobre conflitos de terra no Sertão Carioca foi publicada em 10 de julho de 1951 sobre um caso ocorrido em Pedra de Guaratiba, envolvendo, de um lado, o pretenso proprietário Pedro Moacyr, e, de outro, famílias de pequenos lavradores. Podemos encontrar nela muitos pontos comuns entre a abordagem realizada pelo jornal socialista e os jornais ligados a outras correntes políticas, como o comunista *Imprensa Popular* e o trabalhista *O Radical* e até mesmo com o liberal-conservador *O Globo*. Neles há uma contundente condenação às investidas do pretenso proprietário em despejar dezenas de famílias de pequenos lavradores. “Selvageria”, “desumanidade”, “monstruosidade”, são qualificativos recorrentemente utilizados para despreverem tais ações.² Mas na reportagem seguinte, sobre o mesmo caso, já é possível verificar alguns pontos de divergência. No fim da matéria o jornal ironiza a atitude de *O Globo* e do *Diário Trabalhista* – jornal de propriedade do próprio Pedro Moacyr – em qualificar a resistência dos lavradores à ação do pretenso proprietário como uma manobra arquitetada por comunistas:

Sentindo que os lavradores estavam dispostos a reagir, o senhor Pedro Moacyr resolveu regressar a Capital para dizer pelas colunas de um matutino [Diário Trabalhista] que os caboclos que cultivam suas terras eram comunistas: que resistiam obedecendo a instruções do partido, etc., como se proteger a família e bens é coisa, apenas, de comunistas.

O caso de Pedra de Guaratiba levava o jornal a mais uma vez afirmar a sua posição sobre a questão do anti-comunismo, que a seu ver era muito mais um instrumento de preservação de interesses do que um valor de fundo “patriótico e cristão”. Tal bandeira seria acionada por grupos tradicionais, conservadores,

² *O Popular*, 10/07/1951. p. 1. A cobertura dos outros jornais citados foi analisada por mim em outro momento (SANTOS, 2005).

interessados na manutenção do monopólio de poder, inclusive sobre a terra. E cujo poder não era apenas econômico, já que ostentavam relações bem próximas com instâncias do poder público. Em outro trecho o jornal fazia referência a esse aspecto:

O proprietário é poderoso. É tão poderoso que conseguiu que a Delegacia de Ordem Política e Social enviasse a Mangaratiba [sic] um policial para dar cobertura a seu ato desumano. Entretanto, mesmo acompanhado de um investigador, não teve o proprietário êxito, uma vez que os prejudicados, não se intimidaram, recusam abandonar seus lares.

E aqui o PSB divergia não só da direita como também de amplos setores do trabalhismo, que de igual forma fomentavam a indústria do anti-comunismo.



Figura 10. Casal de agricultores de Guaratiba. Fonte: Última Hora.
Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Entretanto, em outros momentos, o esforço em se diferenciar do PCB se fazia acompanhar de um alinhamento com as posições do PTB. Enquanto os jornais comunistas procuravam disseminar entre os pequenos lavradores o sentimento de descrença e ilegitimidade nas autoridades públicas – visto ser um agente incapaz de solucionar as situações de injustiça no campo, seja por ineficácia do aparelho de justiça seja pelo próprio comprometimento de setores ou membros do Estado com os latifundiários – os socialistas, assim como os trabalhistas, procuravam exatamente difundir uma idéia contrária: a do Estado como interlocutor legítimo e eficiente para o encaminhamento de demandas. E talvez mais do que isto: ele seria um verdadeiro aliado. Neste sentido, é significativo que as reportagens sobre os eventos realizados pelos pequenos lavradores junto aos centros de poder da Capital da República sejam classificados não como ações de “protesto” – como fazia a imprensa comunista – e sim como tentativas de conseguir uma “audiência” com autoridades políticas.

Ou seja, a oportunidade em que os pequenos lavradores expõem as suas demandas e reivindicações não são fruto de seu esforço de organização e mobilização, mas fundamentalmente uma concessão das autoridades públicas.

A realização de “audiências” é também o momento em que a autoridade pública reforça por meio de palavras de apoio sua adesão à causa daqueles a quem ele ouve. E ao destacar tal adesão, exatamente no horário (durante o expediente) e no lugar em que exerce tal função, um espaço oficial (o gabinete da Câmara), enquanto “pessoa pública”, o jornal mostra que tal apoio não parte de uma pessoa em particular, mas do próprio Poder Público. A “audiência” é, portanto, um momento de simbolização/consagração de uma relação de aliança e fidelidade³ entre agentes (Estado e Sociedade), que para os comunistas eram adversários praticamente irreconciliáveis. Assim seria retratada a iniciativa de “numerosa comissão” de pequenos lavradores cariocas junto a sede da Prefeitura do Rio. Tal comissão era composta por duas “representações”, uma de Pedra de Guaratiba e a outra da Fazenda do Piaí (Sepetiba). Numa “audiência” com o prefeito, na hora do seu “despacho com o secretário de agricultura”, elas teriam pedido “providências do governo contra os despejos em massa”. Segundo o jornal, o prefeito respondeu que sentia “profundo respeito pela causa dos lavradores”, dizendo que a municipalidade “já estudava” um meio para sustar os despejos. E acrescentava que o fazia por “recomendação expressa do presidente da República [Getúlio Vargas], para quem a situação dos lavradores rurais é objeto de constante e atenta preocupação” (*O Popular*, 17/10/1953. p. 2). Alguns meses depois, segundo o mesmo jornal, o vereador pessedista Osmar Resende teria tentado uma audiência do próprio Getúlio com os lavradores (*O Popular*, 19/11/1953. p. 3). Algo que foi conseguido por alguns membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro, que tiveram uma audiência com Vargas no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Na ocasião, eles lhe teriam entregue um memorial em que “solicitavam maior ajuda financeira para a lavoura do Distrito Federal”. O presidente teria manifestado como resposta “o inteiro apoio do governo Federal às reivindicações apresentadas” (*O Popular*, 05/05/1954. pp. 1 e 6).

Considerações finais

Com a morte de Getúlio em agosto de 1954 caía por terra também o esquema de financiamento (realizado a partir do Banco do Brasil) de órgãos da imprensa para o reforço de sua imagem junto à opinião pública. *O Popular* foi exatamente um dos últimos jornais a serem laureados com tal “ajuda”, só participando de tal esquema a partir de 1954. Em outubro do mesmo ano encerrava definitivamente suas funções. Sem esse tipo de ajuda, o partido ou mesmo alguns membros em particular nunca mais conseguiriam estruturar um jornal, fosse noticioso ou doutrinário, apesar dos relativos sucessos do partido em eleger representantes para o legislativo federal, que teriam grande

³ Ver Bourdieu (1990) e Geertz (2004).

notoriedade até o golpe de 64, vide Francisco Julião, uma figura de renome nacional e que se tornaria nacionalmente e internacionalmente conhecido como o líder das Ligas Camponesas.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Difel: Lisboa, 1990.
- CHACON, Vamireh. *A história das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- COSTA, Dante. *O Socialismo*. Rio de Janeiro: s/ed., 1954.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Partido Socialista Brasileiro (PSB, 1947-1965)*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001.
- GEETZ, Clifford. *Negara*. Papyrus: São Paulo, 2004.
- GONZAGA, Luiz. *Vellasco - Paladino do Socialismo*. Goiânia, SEI, 1995
- GURGEL, Antônio de Pádua. *Socialistas no Brasil: partidos, programas e experiências*. Brasília: Thesaurus, 1984.
- HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- IMPRESA POPULAR, 1950-54, Biblioteca Nacional.
- KAREPOS, Daniel & NETO, José Castilho Marques. "Os Trotskistas brasileiros e sua organizações Políticas (1930-1966)". In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, Vol.5. Campinas: Editora da Unicamp.
- PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. "O Getúlio populista", *O Globo*, 27/08/2002, 1º Caderno, p.7.
- O POPULAR, 1954, Biblioteca Nacional.
- O RADICAL, 1954, Biblioteca Nacional.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. 2005. 256 fls. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- SOMBRA, Luiz Henrique. "D.F.S.P: Ruptura ou permanência?", In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: secretaria de Estado de Justiça; APERJ, 1993.
- VIEIRA, Margarida Luiz de Matos. *Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964)*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

Leonardo Soares dos Santos desenvolve pesquisas sobre as relações entre o espaço rural e urbano e suas implicações em termos de políticas públicas e configuração de grupos sociais. Atualmente trabalha como professor e

pesquisador no Departamento de Fundamentos da Sociedade do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, do Pólo Universitário da Universidade Fluminense Fluminense, localizado em Campos dos Goytacazes.

Contacto: leossga@gmail.com

Recebido: 01/05/2014

Aceito: 12/12/2014